

Professor da UnB vê riscos na situação social do DF

18 NOV 1993

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília corre um sério risco de ter a sua situação social agravada, caso não consiga resolver os problemas de financiamento do Governo e a sistemática de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS). A advertência foi feita pelo professor Valmir Resende, do Departamento de Economia da UnB. Ele será um dos debatedores do Fórum Econômico de Brasília, que será realizado nos próximos dias 24 e 25, no auditório do **CORREIO BRAZILIENSE**. O Fórum é uma promoção deste jornal, com o apoio do Grupo Osório Adriano.



FÓRUM ECONÔMICO DE BRÁSILIA

Segundo o professor Resende, para que uma cidade ofereça bens públicos, como escolas, hospitais etc, à população, além de executar obras de infra-estrutura, é preciso que ela tenha total segurança sobre as fontes de financiamento do governo. “E Brasília não tem essa segurança, porque a cidade depende da transferência não-automática ou negociada de recursos, sua mais importante fonte”, explica.

A insegurança, observou o professor da UnB, concentra-se exatamente no fato de Brasília, para captar esses recursos de transferência negociada, ter que lutar muito para tentar convencer o Legislativo e o Executivo federais a liberarem o dinheiro. Acontece que o DF tem que concorrer com os outros estados.

Atualmente, esse expediente está em xeque, por causa da corrupção no Congresso Nacional, que terminou por “misturar o joio

com o trigo”, conta o professor, para quem, se as transferências deixarem de existir, aí é que a situação vai agravar muito mais ainda.

O efeito dessas transferências não-automáticas sobre a administração é devastador, pois o Executivo nunca pode fazer um planejamento em médio e longo prazos, pois nunca se sabe se os recursos sairão mesmo ou não. “Tudo é planejado em cima da hora”, lembra.

A solução para esse problema, aponta o professor Valmir Resende, é a criação de uma transferência automática para Brasília, de modo que o governo não fique na dependência de negociações. “O ideal mesmo é a criação de um fundo especial para o DF”, frisa Resende.

Ele argumenta que Brasília necessita do fundo especial, visto que o Governo Federal consome infra-estrutura, saúde etc., da cidade. O Fundo de Participação dos Estados e Municípios não resolve o problema de Brasília. Ele é distribuído de acordo com a população e renda **per capita**. “Como a nossa população é pequena e a renda **per capita** alta, o coeficiente de distribuição é insuficiente”, afirma o professor.

Quanto ao ICMS, a sistemática utilizada é profundamente prejudicial ao DF. “Quando alguém compra uma mercadoria em São Paulo para vender em Brasília, é como se Brasília pagasse um imposto para o Governo do Estado de São Paulo. É a mesma coisa que dizer que Brasília está financiando gastos públicos em São Paulo”, criticou Resende. Ele entende que se esses problemas não forem resolvidos, logo haverá uma degradação social na cidade.